



Prevenção do Branqueamento e do Financiamento ao Terrorismo

Inclui alterações da
Lei 99-A/2021 e do
Aviso BdP 1/2022

FORMAÇÃO INTERMÉDIA

OPERAÇÕES E
TÉCNICAS BANCÁRIAS

E-LEARNING

A prevenção e o combate do branqueamento e do financiamento ao terrorismo constituem, hoje, um instrumento cada vez mais eficaz na luta contra várias atividades criminosas, que representam uma especial preocupação no mundo atual.



INFORMAÇÕES

Ana Margarida Soromenho

a.m.soromenho@ifb.pt

+351 217 916 274*

Prevenção do Branqueamento e do Financiamento ao Terrorismo



FORMAÇÃO INTERMÉDIA

OPERAÇÕES E
TÉCNICAS BANCÁRIAS



DESTINATÁRIOS

Colaboradores de entidades obrigadas sem formação específica nesta área ou com frequência de curso, neste âmbito, há mais de 5 anos.

* O IFB dispõe também de um curso de atualização de conhecimentos, destinado a colaboradores que já tenham tido formação completa sobre Prevenção do Branqueamento do Financiamento do Terrorismo.

METODOLOGIA: e-learning

Permite o estudo em qualquer dia ou hora e possibilita o acesso através de qualquer computador ou dispositivo móvel.

DURAÇÃO: 10 horas (tempo estimado de autoestudo)

PREÇO: Associados APB: 110 € Tabela Geral: 127 €

ENQUADRAMENTO

A prevenção e o combate do branqueamento e do financiamento ao terrorismo constituem, hoje, um instrumento cada vez mais eficaz na luta contra várias atividades criminosas, que representam uma especial preocupação no mundo atual.

Com o objetivo de prevenir estas práticas, o Instituto de Formação Bancária desenvolveu este curso que permite dotar os colaboradores das diversas entidades obrigadas aos deveres previstos na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, dos conhecimentos necessários para adotarem procedimentos de prevenção e controlo interno adequados, contribuindo, desta forma, para a efetiva deteção de tentativas de utilização das entidades financeiras e não financeiras no branqueamento do produto de atividades ilícitas e no financiamento ao terrorismo.

O curso pretende dar resposta às principais preocupações dos diferentes sectores, abordando aspetos como:

- Enquadramento jurídico vigente (internacional e nacional) e aplicável neste âmbito;
- Tipologias, tendências e técnicas associadas ao branqueamento e ao financiamento do terrorismo;
- Deveres aplicáveis às entidades financeiras e não financeiras;
- Proteção e tratamento de dados pessoais neste âmbito;
- Relevância e impacto dos riscos reputacionais e as consequências decorrentes da inobservância dos deveres preventivos do branqueamento e do financiamento ao terrorismo;
- Responsabilidades profissionais específicas em matéria de prevenção do branqueamento e do financiamento ao terrorismo e, em especial, os procedimentos operacionais associados ao cumprimento dos deveres preventivos, de acordo com os normativos em vigor;
- Orientações, recomendações e informações emanadas pelas autoridades judiciais e policiais, pelas autoridades de supervisão e pelas associações representativas dos sectores.

OBJETIVOS

- Sensibilizar os colaboradores das entidades obrigadas para a relevância da prevenção do branqueamento e do financiamento ao terrorismo, dotando-os de conhecimentos sobre os principais conceitos e os princípios que devem ser adotados;
- Permitir o reconhecimento das operações que podem dar origem ou estar, direta ou indiretamente, relacionadas com o branqueamento de vantagens de proveniência ilícita ou com o financiamento do terrorismo;
- Transmitir conhecimentos sobre os deveres e obrigações que têm que ser cumpridos pelas entidades sujeitas, face à Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e aos diversos normativos que estão em vigor em Portugal, às Diretivas Comunitárias bem como às Recomendações do GAFI;
- Consciencializar os colaboradores para a relevância e impacto dos riscos inerentes ao não cumprimento dos deveres;
- Preparar os destinatários para a correta execução e atuação relativamente aos diversos mecanismos de controlo criados por Lei, potenciando a adoção de boas práticas neste âmbito e tendo em consideração as orientações e recomendações emitidas pelas autoridades competentes.

PROGRAMA

- 1. Prevenção do Branqueamento e do Financiamento ao Terrorismo – Enquadramento**
 - Branqueamento, Terrorismo e Financiamento do Terrorismo – Caracterização
 - Enquadramento Jurídico
 - Entidades Relevantes na Prevenção e Repressão
- 2. Tipologias, Tendências e Técnicas Associadas ao Branqueamento e ao Financiamento do Terrorismo**
 - Fases do Branqueamento
 - Tipologias Associadas ao Branqueamento e ao Financiamento do Terrorismo
- 3. Deveres Aplicáveis às Entidades Financeiras e Não Financeiras**
 - Enquadramento
 - Entidades Obrigadas
 - Deveres Aplicáveis às Entidades Financeiras e Não Financeiras
 - Derrogação do Dever de Segredo e Proteção na Prestação de Informações
 - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais
 - Autoridades Sectoriais
 - Consequências do Não Cumprimento dos Deveres
- 4. Procedimentos Operacionais para Cumprimento dos Deveres pelas Entidades Financeiras**
 - Enquadramento
 - Normativos Aplicáveis às Entidades Financeiras
 - Potenciais Factores de Risco Elevado na Atividade das Entidades Financeiras
 - Dever de Controlo
 - Dever de Identificação e Diligência e o Dever de Exame nas Relações de Negócio e nas Transações Ocasionais
 - Outros Deveres das Entidades Financeiras
 - Processo Criminal e Sigilo Profissional



FULL MEMBER OF



Pedidos de Cancelamento:

- Só poderão dar origem ao reembolso total do valor pago, quando recebidos até 5 dias úteis antes da data de início do curso. A partir deste prazo, a inscrição será paga na totalidade, podendo, no entanto, o participante ser substituído por outro;
- Deverão ser efetuados por e-mail e rececionados pelo IFB dentro do prazo acima estabelecido.